

DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO

**26
27**

ÍNDICE

03
DOCUMENTOS DE
REFERÊNCIA

05
VISÃO

06
ENQUADRAMENTO
LEGAL

09
MODALIDADES DE
AVALIAÇÃO

14
CRITÉRIOS GERAIS DE
AVALIAÇÃO

21
DOMÍNIOS DE
APRENDIZAGEM

24
ARTICULAÇÃO COM O
PROJETO EDUCATIVO
E COM O PERFIL DOS
ALUNOS À SAÍDA
DA ESCOLARIDADE
OBRIGATÓRIA

31
ANEXOS

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

[Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho)]

“...garantir que o sucesso se traduz em aprendizagens efetivas e significativas, com conhecimentos consolidados, que são mobilizados em situações concretas que potenciam o desenvolvimento de competências de nível elevado, que, por sua vez, contribuem para uma cidadania de sucesso no contexto dos desafios colocados pela sociedade contemporânea...”

[Perfis profissionais e referenciais de formação associados às respetivas qualificações constantes no CNQ, Decreto-Lei n.º 396/2007 e Decreto-Lei n.º 14/2017]

“...que integra referenciais de qualificação únicos para a formação de dupla certificação (formação de adultos e formação contínua, numa primeira fase) e para processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC)”

[Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória]

“O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, afirma-se como referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas, constituindo-se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem.”

[Aprendizagens essenciais]

“...Os documentos curriculares de todas as disciplinas e áreas, numa perspetiva de currículo futuro, atualizada pelos referentes internacionais (Projeto Educação 2030, OCDE, 2016; Repensar a Educação, UNESCO, 2016; Resumo de Políticas, UNESCO, 2017) tendem, no plano das reconfigurações em curso noutros países, a evoluir para um formato menos prescritivo mas mais orientativo...”

[Estratégia Nacional para a Cidadania]

“No âmbito das prioridades definidas no Programa do XXI Governo Constitucional para a área da educação, foi produzida a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), a qual resultou da proposta elaborada e apresentada pelo Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania (cf. Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio).”

[Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto]

O Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, estabelece o currículo do ensino básico e do ensino secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

[Decreto-Lei n.º 55/18, de 6 de Julho]

O presente decreto-lei estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

[Decreto-Lei n.º 54/18, de 6 de Julho]

O presente decreto-lei estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

[Portaria 181/2019, de 11 de junho]

“Define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem implementar uma gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário.”

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2022, de 22 de julho]

Plano 21|23 Escola+, plano integrado para a recuperação das aprendizagens, para um horizonte temporal de dois anos letivos, visando a recuperação das aprendizagens e a mitigação daquelas desigualdades relativamente aos alunos dos ensinos básico e secundário.

[Portaria n.º 194/2021, de 17 de setembro]

Define os modelos de diplomas e de certificados em formato eletrónico das ofertas educativas e formativas do ensino básico e secundário.

VISÃO

Sem educação não há Futuro. O conhecimento não só nos permite aproveitar melhor as oportunidades do presente, como nos abre os olhos para as oportunidades do futuro. A escola é um lugar de descobertas imensas e aprendizagens múltiplas. Um lugar onde se transmitem conhecimentos, habilidades e valores necessários à integração social e à participação ativa enquanto indivíduo e cidadão.

O perfil dos alunos no final da escolaridade obrigatória estabelece uma visão de escola e um compromisso da escola, constituindo-se para a sociedade em geral como um guia que enuncia os princípios fundamentais em que assenta uma educação que se quer inclusiva. Apresenta uma visão daquilo que se pretende que os jovens alcancem, sendo, para tal, determinante o compromisso da escola, a ação dos professores e o empenho das famílias e encarregados de educação.

ENQUADRAMENTO LEGAL

A avaliação não pode nem deve ser encarada como um processo isolado ou desligado do currículo e do desenvolvimento curricular. Nestes termos, as conceções e práticas de avaliação estão intimamente associadas às conceções curriculares e, concomitantemente, às conceções que se sustentam acerca do ensino e da aprendizagem. Isto significa que o entendimento que temos sobre a educação em geral e sobre o papel das escolas, assim como as nossas ideias sobre a aprendizagem e o ensino, influenciam fortemente o que pensamos acerca da avaliação das aprendizagens e das suas práticas.

Os critérios gerais de avaliação da Escola Profissional Projeto Plural, regulam-se em particular pelo Decreto-Lei nº 55/2018 de 6 de Julho e pela Portaria nº 235-A/2018, que estabelecem os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos.

Os critérios gerais de avaliação definidos pela direção pedagógica constituem referenciais comuns na escola, sendo operacionalizados pelo conselho de turma.

Estabelecem-se como parâmetros a considerar na definição dos critérios gerais e dos critérios específicos de cada disciplina, os domínios do Saber/Saber Fazer, bem como as Competências Transversais que pressupõem o desenvolvimento de literacias múltiplas, tais como a leitura e a escrita, a numeracia e a utilização das tecnologias de informação e comunicação, que são alicerces para aprender e continuar a aprender ao longo da vida (domínio cognitivo e procedimental) e o domínio do Saber Ser/Saber Estar (domínio das atitudes e valores),

Os critérios específicos das disciplinas são elaborados pelos professores que lecionam a disciplina, posteriormente, validados pela direção pedagógica, no início de cada ano letivo.

AVALIAÇÃO

Uma condição fundamental para alterar as perspetivas e práticas de avaliação é a de se assumir fundamentadamente e sem quaisquer hesitações que todos os alunos podem aprender. Este desígnio é compatível com a missão da escola contemporânea, que consiste em tudo fazer para apoiar todos e cada um dos seus alunos no desenvolvimento das capacidades, motivações, atitudes e conhecimentos que lhes permitam aprender ao longo da vida. Consequentemente, a avaliação não pode ser um meio de exclusão e de discriminação, mas tem de ser um meio para apoiar a aprendizagem e, consequentemente, a inclusão de todos os alunos.

A avaliação das aprendizagens visa, designadamente:

- Avaliar para apoiar e melhorar o ensino e as aprendizagens;
- Utilizar a avaliação formativa para distribuir feedback de elevada qualidade a todos os alunos;
- Utilizar a avaliação sumativa para fazer balanços e pontos de situação acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer, dando-lhe uma utilização formativa (distribuindo feedback) ou mobilizando os seus resultados para efeitos da atribuição de uma classificação;
- Integrar os processos de ensino, de avaliação e de aprendizagem;
- Envolver os alunos tão ativamente quanto possível nos processos de avaliação, de ensino e de aprendizagem;
- Conceber uma política de avaliação, definindo os seus principais contornos e princípios.
- Conceber uma política de classificação, definindo as suas características e princípios.

- Diversificar os processos de recolha de informação acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer;
- Definir critérios de avaliação e os respetivos níveis de consecução ou de desempenho;
- Simplificar, tanto quanto possível, os procedimentos conducentes à avaliação para as, e das, aprendizagens.
- Desenvolver uma avaliação transparente, isto é, uma avaliação cujos procedimentos sejam tornados públicos junto dos principais interessados (e.g., pais, alunos, docentes).
- Certificar a aprendizagem realizada;
- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e o reforço da confiança no funcionamento da escola;

MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

A avaliação das aprendizagens decorre do processo de gestão autónoma e flexível da sequencialidade curricular modular, definida para cada curso, disciplina e UFCD e processa-se segundo três modalidades: diagnóstica, formativa e sumativa.

A avaliação diagnóstica - destina-se a verificar se os alunos estão na posse de conhecimentos, aptidões, capacidades e competências necessárias à aprendizagem da disciplina/módulo/UFCD.

A avaliação diagnóstica é uma análise inicial, que deve anteceder qualquer ciclo de aprendizagem, que nos permite determinar o nível de domínio prévio de cada aluno e as suas competências para o alcance dos objetivos do conteúdo a ser estudado e o mapeamento de possíveis deficiências na aprendizagem.

Pretende-se, assim, que o professor possa selecionar as estratégias de diferenciação pedagógica adequadas à superação de eventuais dificuldades dos alunos e de facilitação da sua integração curricular e escolar. Recolher informações sobre cada aluno no sentido da tomada de decisões sobre o ponto de partida do processo de ensino aprendizagem e da forma como aprende melhor.

A avaliação formativa - com caráter sistemático e contínuo, mais autêntica e participativa, na qual intervêm essencialmente o professor/formador e o aluno, desenvolve-se durante todo o processo de ensino-aprendizagem, onde é possível clarificar com os alunos os níveis de exigência e de desempenho e definir e desenvolver medidas de reajustamento, com base na interpretação fundamentada das dificuldades e dos êxitos, permitindo assim uma maior diferenciação das estratégias de ensino. Esta deve permitir que, num dado momento, se conheçam bem os saberes, as atitudes, as capacidades e o estágio de desenvolvimento dos alunos, ao mesmo tempo que lhes deve proporcionar indicações claras acerca do que é necessário para progredirem.

Neste tipo de avaliação, os alunos são sujeitos ativos e responsáveis pela sua aprendizagem e cabe ao professor fazer os alunos aprender. Numa verdadeira avaliação formativa e formadora a aprendizagem do aluno deverá ser progressiva e orientada de modo diversificado pelo professor, promovendo desta forma o trabalho autónomo e a autorregulação do próprio, através do registo das evidências de aprendizagem em instrumentos diversificados, tendo em conta o processo e o produto.

Tal como a avaliação formativa, a avaliação sumativa também pode ter um papel muito relevante no processo de aprendizagem dos alunos. Porém, estas duas modalidades de avaliação pedagógica, ainda que devam ser consideradas complementares uma da outra, são, por natureza, diferentes. A avaliação sumativa permite-nos elaborar um balanço, ou um ponto de situação, acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer no final de uma unidade didática ou após ter decorrido um certo período de tempo. Neste sentido, a avaliação sumativa é pontual, porque ocorre em certos momentos mais ou menos pré-determinados, enquanto a avaliação formativa é tendencialmente contínua.

A avaliação sumativa - traduz-se na formulação de um juízo global sobre a aprendizagem realizada pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação.

A avaliação sumativa permite-nos elaborar um balanço, ou um ponto de situação, acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer no final de uma unidade didática ou após ter decorrido um certo período de tempo. Neste sentido, a avaliação sumativa é pontual, porque ocorre em certos momentos mais ou menos pré-determinados

Esta avaliação é da responsabilidade do professor, devendo exprimir a conjugação da autoavaliação dos alunos e a heteroavaliação vertical do professor/formador em função dos objetivos de aprendizagem, das metodologias de aprendizagem e dos critérios de avaliação definidos previamente.

- A avaliação sumativa interna expressa-se na escala de 0 a 20 valores e só é publicada em pauta quando o aluno atingir a classificação mínima de 10 valores;
- A avaliação sumativa interna ocorre no final de cada módulo, com a intervenção do docente/formador e do aluno, sendo posteriormente ratificada em reunião do Conselho de Turma;

- Na avaliação sumativa da FCT e dos júris de PAP, intervêm elementos exteriores à escola, uma vez que parte da avaliação da FCT é da responsabilidade dos tutores das empresas que acompanham o aluno durante o período de estágio; na PAP, é da responsabilidade de todos os elementos que participam na sessão de júri.

A avaliação sumativa interna terá lugar:

- No final de cada módulo/UFCD, com a intervenção do professor/formador e do aluno;
- Na classificação final de cada módulo/UFCD atribuída em Conselho de Turma com a validação de todos os professores;
- No final da realização do Projeto de Aptidão Profissional (PAP);
- No final de cada período de Formação em Contexto de Trabalho (FCT).

No final de cada período, sempre que existam módulos parcialmente lecionados, devem os professores envolvidos referir toda a informação avaliativa de que disponham.

Deve ser avaliado, de forma sistemática e estruturada, o impacto das medidas de apoio nas aprendizagens e na recuperação dos alunos.

A avaliação deve ter em conta as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão dos alunos identificados como delas carecendo, de acordo com a legislação em vigor.

O Orientador Educativo com os professores, deve analisar a situação das disciplinas, módulos ou UFCD cuja avaliação sumativa interna apresente um desvio relativamente às metas estabelecidas no Projeto Educativo.

É importante sublinhar que a avaliação formativa e a avaliação sumativa não se distinguem através dos processos de recolha de informação ou, dito de outra forma, através dos chamados instrumentos de avaliação. Na verdade, todo e qualquer processo de recolha de informação ou todo e qualquer instrumento de avaliação pode ser utilizado quer nas práticas de avaliação sumativa quer nas práticas de avaliação formativa.

O que realmente é diferente é a utilização que se faz dos resultados obtidos. Se os resultados de uma avaliação sumativa forem utilizados para classificar os alunos, então estamos perante uma avaliação sumativa com propósitos classificatórios. Se, por outro lado, os resultados forem utilizados para dar feedback aos alunos, dando-lhes orientações que lhes permitam regular e autorregular as suas aprendizagens, então estamos perante uma avaliação sumativa sem fins classificatórios.

Avaliação Diagnóstica

Momento	Objetivo	Operacionalização
Início de cada ano letivo Ou Início de módulos, unidades curriculares,	Verificar os níveis de aprendizagem e conhecimentos dos alunos, de modo a tomar esses níveis como referência para a planificação; Verificar os seus conhecimentos e capacidades; Esta avaliação deve permitir ao aluno comprovar os seus próprios conhecimentos relativamente à matéria de ensino e, por outro lado, implicá-lo na participação da aprendizagem e na autoavaliação do seu progresso; Levar o aluno a verificar que uma nova aprendizagem depende sempre de conhecimentos anteriores.	• Formular perguntas • Leitura e Interpretação de textos • Produção de redações • Debates • Questionários • Testes

Avaliação Formativa		
Momento	Objetivo	Operacionalização
Ao longo das Aprendizagens	- Regular permanente o processo de ensino-aprendizagem; - Acompanhar de perto o aluno e assegurar-se das suas aprendizagens em cada momento; - Identificar os seus pontos fortes e fracos a fim de lhe fornecer orientações sobre o que é necessário corrigir ou melhorar e sobre as medidas a tomar para o conseguir.	- Observação direta e repetida do trabalho em aula; - Observação dos cadernos diários; - Correção na sala de aula de trabalhos realizados pelos alunos, individualmente ou em grupo; - Exercício de compreensão e execução de prática vocal/instrumental e/ou auditiva; - Comentários de documentos escritos, visuais ou sonoros; - Exercícios de autoavaliação.

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação são importantes referenciais de aprendizagem que devem ser definidos durante o processo de planificação do ensino, ser transparentes e do conhecimento dos alunos. Como interpretações do currículo que são, os critérios indicam aos alunos o que é que se analisa e avalia no seu trabalho. E, nestes termos, acabam por lhes indicar o que é importante aprender e avaliar. E, obviamente, aos professores indicam o que é importante ensinar e avaliar.

Em cada momento, os alunos devem estar bem conscientes do que têm de aprender, bem como dos esforços que têm de fazer para o conseguir.

Por isso, é muito importante que sejam claramente informados do que é necessário para resolver um dado problema, proposta de trabalho ou tarefa, assim como do que é tido em conta para se formularem juízos acerca da qualidade do trabalho que têm de desenvolver.

Quando os critérios são claramente explicitados, os alunos ficam mais conscientes acerca do que se espera do seu desempenho nas tarefas que lhes são propostas e os professores em melhores condições para distribuírem feedback de elevada qualidade.

A avaliação sumativa interna expressa-se na escala de 0 a 20 e, atendendo à lógica modular adotada nos cursos profissionais, a classificação final de cada módulo/UFCD, a publicarem pauta, só terá lugar quando o aluno atingir a nota mínima de 10 valores.

A avaliação sumativa modular, realizada em conselho de turma, destina-se a certificar as classificações obtidas pelos alunos após a conclusão de cada módulo/UFCD.

A avaliação final de cada módulo/UFCD deve operacionalizar-se de acordo com os domínios de aprendizagem e a respetiva ponderação definida pela Direção Pedagógica (ver tabela abaixo) e comum a todas as disciplinas, os critérios gerais de avaliação e, para cada disciplina, os respetivos critérios específicos de avaliação.

Domínio Cognitivo	75%
Competências Transversais	15%
Domínio de Atitudes e Valores	10%

PROCEDIMENTOS GERAIS A ADOTAR NA AVALIAÇÃO

- Ao longo do ano letivo, nomeadamente no final de cada módulo/UFCD, devem ser promovidos com os alunos momentos de reflexão e autoavaliação.
- Na avaliação dos alunos deve promover-se a aprendizagem ligada a componentes transversais, como a educação para a cidadania, a compreensão e expressão em língua portuguesa e o domínio das tecnologias da informação e comunicação, entre outras.
- Na avaliação dos alunos deve promover-se o desenvolvimento de práticas multidisciplinares, com recurso a atividades que requerem a conjugação de competências e conhecimentos das várias disciplinas que compõem o currículo.
- Os alunos devem ser sempre informados, pelo professor de cada disciplina/módulo/UFCD, sobre as datas de realização de provas de avaliação, produções escritas/orais e/ou provas práticas/laboratoriais, testes, etc.;
- Compete ao professor/formador apresentar claramente aos alunos, os objetivos de aprendizagem e os critérios de avaliação no início de cada módulo/UFCD e organizar e proporcionar de forma participada a avaliação formativa das atividades de aprendizagem e a avaliação sumativa de cada módulo/UFCD, de acordo com as realizações e os ritmos de aprendizagem dos alunos.
- O Professor deve, ainda, orientar os alunos com vista à realização de atividades de recuperação das aprendizagens, sempre que se evidencie essa necessidade;

- Deve ser garantida a total coerência entre os objetivos curriculares, o trabalho dos alunos e o que é avaliado, contribuindo para o reforço da confiança na avaliação interna e nos resultados dos alunos.
- Todos os testes, produções escritas/orais e/ou provas práticas de avaliação e trabalhos individuais e/ou cooperativos devem ser devidamente corrigidos e classificados pelo professor, num prazo que não exceda os 8 dias, sendo as cotações e os critérios utilizados, entregues no GAP e conhecidos pelos alunos.
- Sendo a avaliação contínua e sistemática todos os contextos de trabalho contribuem para uma classificação final do módulo/UFCD ou disciplina. Sendo contínua, a avaliação deve refletir o trabalho desenvolvido pelo aluno ao longo do ano, valorizando adequadamente qualquer progresso que tenha sido registado.
- Visando garantir condições de progressão escolar com sucesso, os alunos podem sempre acompanhar o processo educativo/turma e realizarem os módulos/UFCD seguintes aos que ainda não terminaram; Os módulos/UFCD por concluir, podem ser reavaliados, de novo, sempre que o professor e o aluno concordem estar reunidas as condições e nos moldes que o professor entender mais convenientes;
- A avaliação sumativa de cada módulo/UFCD exprime a conjugação da autoavaliação dos alunos e a heteroavaliação do professor/formador, em função das quais se ajustam as estratégias de ensino-aprendizagem e se acordam novos processos e tempos para a avaliação do mesmo módulo/UFCD, se necessário.

**ADOTAR PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS
INOVADORAS**

**DIFERENCIAÇÃO
PEDAGÓGICA**

**DIVERSIFICAR
ESTRATÉGIAS
PROMOTORAS DA
AUTONOMIA DOS
ALUNOS**

**OFERECER
CONDIÇÕES
EQUITATIVAS DE
ACESSO AO
CURRÍCULO E AO
SUCESSO
EDUCATIVO**

**PROMOÇÃO DE
APRENDIZAGENS
MAIS
SIGNIFICATIVAS E
DE QUALIDADE**

Um ensino centrado nas necessidades dos alunos ...

- Estar atento à relação professor- aluno contribui para aumentar a energia que este último investe na aprendizagem;
- Proporcionar um ambiente centrado nas necessidades dos alunos cria um contexto favorável à aprendizagem;
- Dar atenção aos antecedentes e às necessidades dos alunos permite tecer laços entre aqueles que aprendem e um conteúdo importante;
- Ter em conta o nível de preparação dos alunos favorece o seu desenvolvimento no plano escolar;
- Apoiar-se no interesse do aluno mobiliza a sua motivação;
- Respeitar o perfil de aprendizagem do aluno permite a eficácia da aprendizagem

...faz-se acompanhar de práticas fundamentais do ensino centrado nas necessidades dos alunos...

- Procurar regularmente ocasiões para travar conhecimento com os seus alunos;
- Integrar períodos de ensino a pequenos grupos nas rotinas de aula diárias ou semanais;
- Aprender a ensinar visando o sucesso;
- Proporcionar várias formas de aprender e de fazer prova das aprendizagens;

- Fazer regularmente avaliações informais para verificar a compreensão do aluno;
- Diversificar as formas de ensinar;
- Apelar às estratégias de leitura para o conjunto do programa de estudos;
- Permitir aos alunos o trabalho individual ou em pares;
- Utilizar escalas de desempenho claras que visem a qualidade;
- Cultivar o gosto pela diversidade.

É necessário valorizar a dimensão formativa da avaliação, desenvolver a perspetiva de uma aprendizagem assistida pela avaliação.

O que significa que esta passa a ter como objetivos fundamentais:

- Verificar se e como se estão a realizar as aprendizagens;
- Proceder aos ajustamentos necessários às metodologias pedagógicas que estamos a utilizar.

Mudar de paradigma implica entender a avaliação como um instrumento de regulação contínua do processo de ensino aprendizagem, no qual se integra e sobre o qual recolhe informação tendo em vista orientar quer a ação pedagógica do professor quer a atividade de aprendizagem do aluno.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

O processo de ensino e aprendizagem exige uma diversidade de instrumentos de registo da avaliação. Destacam-se, entre outros, os seguintes: registos das várias etapas dos projetos integradores, observação direta e repetida do trabalho em aula; correção na sala de aula de trabalhos realizados pelos alunos, individualmente ou em grupo (comentários de textos; questionários orais e escritos; composição escrita; resumos; exercícios sobre funcionamento da língua...); organização de debates, discussões, exposições orais; fichas de compreensão de leitura de textos; redação de documentos práticos (cartas, inquéritos, fichas); portefólios ou e-portefólios; comentário de um documento escrito, visual ou sonoro; aplicação de breves testes escritos para comprovar a aquisição de conteúdos específicos da unidade de trabalho; fichas de auto-avaliação fornecidas ao aluno.

Os critérios gerais de avaliação constituem referenciais comuns no interior da escola, sendo operacionalizados pelos professores da turma.

Os critérios específicos das disciplinas são elaborados pelos professores de cada área curricular, no início de cada ano letivo, validados pela Direção Pedagógica.

Cabe ao professor, da disciplina/módulo/UFCD, definir os instrumentos que serão utilizados para melhor recolher e registar as evidências de aprendizagem dos alunos e acompanhar o processo de ensino e de aprendizagem, tendo em conta a especificidade da disciplina/módulo/UFCD, a caracterização e perfil de saída do curso e o perfil de aprendizagem do(s) aluno(s).

A gestão e ponderação das percentagens a atribuir a cada instrumento, são da responsabilidade de cada disciplina/área disciplinar e podem ser adaptadas à especificidade de cada área de formação, curso ou módulo/UFCD.

DOMÍNIOS DE APRENDIZAGEM

“O Documento Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, recentemente aprovado na sua versão final (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho) após largo período de consulta pública, constitui-se como o desiderato formativo assumido pelo sistema educativo, de acordo com as necessidades, perspetivas de desenvolvimento, visão e conceção democrática e capacitadora da educação, assumida como um direito efetivo de todos - valores assumidos pela sociedade portuguesa e plasmados no documento em apreço. Como em todos os sistemas educativos que se reclamam de um conceito de educação deste tipo, o Perfil dos Alunos à saída do sistema formal de ensino constitui a orientação curricular de referência para a construção de todos os outros passos e componentes do currículo. “

O processo de avaliação final de cada módulo/UFCD terá em conta o domínio do Saber/Saber Fazer (domínio cognitivo e procedimental) e o domínio da Saber Ser/Saber Estar/Saber (domínio das atitudes e valores), refletindo sempre a progressão do aluno, em relação ao seu nível inicial.

O domínio do saber/Saber fazer (domínio cognitivo e procedimental) avalia o grau de conhecimento dos conteúdos de carácter disciplinar, bem como a capacidade de os utilizar em diferentes contextos e ainda as competências ou soft skills adquiridas e manifestadas que correspondem à tendência crescente de valorização da formação que vá para além da dimensão técnica.

Pretende-se contribuir para a criação de condições de aprendizagem para que os jovens ganhem a capacidade de desenvolver trabalho autónomo, bem como trabalho

em equipa, de realizar pesquisa individual, de analisar situações complexas e de comunicar, visando preparar futuros...

Dar resposta à necessidade de desenvolvimento de competências pessoais transversais e do talento nos jovens na escola.

Possibilidade de se preparem para um mercado de trabalho que se está a transformar rapidamente, para que combatam o desemprego, a desmotivação e criem condições para que possam fazer o que gostam.

Neste sentido, propõe-se a intervenção pela capacitação dos jovens na resolução de problemas complexos, na cooperação e na cidadania ativa na comunidade.

CURRÍCULO PARA O ENSINO BÁSICO E O ENSINO
SECUNDÁRIO
O REFERENCIAL CURRICULAR



PERFIL DOS ALUNOS À SAÍDA DE UM PERCURSO
CURRICULAR (PA)



O CURRÍCULO ENUNCIADO (AE)
(CONHECIMENTOS, CAPACIDADES, ATITUDES E VALORES)
POR DISCIPLINA OU ÁREA DISCIPLINAR, CENTRADO NAS
APRENDIZAGENS ESSENCIAIS



O CURRÍCULO A ENSINAR
(QUE PRÁTICAS CIRCULARES? QUE ESTRATÉGIAS DE ENSINO?)
INDISPENSÁVEL A SUA ABORDAGEM NA FASE DE PILOTAGEM
NÃO ESTAMOS JÁ NO CURRÍCULO REAL/IMPLEMENTADO, MAS AINDA
NA FASE DE DISCUSSÃO/ DE ESTABELECIMENTO DE HIPÓTESES,
SUGESTÕES DE ESTRATÉGIAS FAVORÁVEIS À IMPLEMENTAÇÃO DAS
AE



O CURRÍCULO A APRENDES/ A AVALIAR
(O QUE SE ESPERA COMO RESULTADO DA APRENDIZAGEM?)
INDISPENSÁVEL A SUA ABORDAGEM NA FASE POSTERIOR DE
PILOTAGEM

O QUE É QUE OS ALUNOS APRENDEM COM O REFERENCIAL CURRICULAR?

Perfil dos alunos



ARTICULAÇÃO COM O PROJETO EDUCATIVO E COM O PERFIL DOS ALUNOS À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

Considerando as finalidades do projeto de autonomia e flexibilização curricular e a operacionalização do perfil de competências dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, os professores, no desenvolvimento do planeamento curricular e, em particular, na definição dos processos e critérios de avaliação, devem promover um uso da avaliação das aprendizagens dos alunos que fomente, na sala de aula ou fora dela:

1. O desenvolvimento de competências de observação, questionamento da realidade e integração de saberes.
2. O desenvolvimento do raciocínio, da reflexão, da capacidade de mobilizar informação de forma crítica e autónoma, de analisar problemas e de apresentar soluções de forma fundamentada.
3. A utilização crítica de fontes de informação diversas e das tecnologias da informação e comunicação.
4. A capacidade de argumentar, explicar e defender os raciocínios utilizados ou as opções tomadas, fundamentando sempre os pontos de vista.
5. A criação de situações que permitam fazer escolhas, confrontar pontos de vista, resolver problemas e tomar decisões com base em valores.
6. O desenvolvimento de competências de comunicação e expressão nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal.

7. O desenvolvimento de competências inerentes ao trabalho científico: observação, formulação de hipóteses, experimentação, pesquisa de informação, espírito crítico e capacidade de síntese.

8. O desenvolvimento do sentido de apreciação estética do mundo (literatura, poesia, música, dança, artes circenses, cinema, teatro, artes plásticas, criação digital...).

9. O exercício da cidadania ativa, de participação social, em contextos de cooperação, partilha, colaboração, competição e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade.

10. O desenvolvimento de novas ideias e soluções, de forma imaginativa e inovadora, aplicando-as a diferentes contextos e áreas de aprendizagem.

11. A capacidade de estabelecer objetivos, traçar de planos, concretizar projetos, com sentido de responsabilidade e autonomia.

12. A adoção de comportamentos que promovam a saúde, o bem-estar e a segurança.

13. O reconhecimento da importância das atividades motoras para o seu desenvolvimento físico, psicossocial, estético e emocional.

Todos estes aspetos estão ampla e profundamente refletidos no Projeto Educativo, nomeadamente:

- Unir a perspetiva do conhecimento com a formação global do indivíduo.
- Promover uma abordagem transdisciplinar do processo de ensino e aprendizagem através do desenvolvimento de competências transversais.
- Educar para a cidadania.
- Elevar os níveis do sucesso educativo e melhorar a Escola enquanto lugar de participação e construção das aprendizagens.

PERCURSO EDUCATIVO DO ALUNO

No último Conselho de Turma, do 3º ano, é atribuída uma nota ao Percorso Educativo do Aluno.

Esta nota resulta da aplicação de uma grelha, com quatro itens, que resumem a avaliação feita, pelos professores, ao longo dos anos, quer em termos de conhecimentos, quer nas áreas das Competências Transversais, Atitudes e Valores. Será uma nota da responsabilidade do Conselho de Turma, ouvido o OET e todos os professores.

Deverá refletir, de forma objetiva e clara, o percurso do aluno em termos do seu saber ser, saber fazer e, também, em termos de aprendizagem e aptidões profissionais.

PERCURSO EDUCATIVO DO ALUNO			
A	B	C	D
Assiduidade; Participação e Envolvimento em projetos escolares e atividades de enriquecimento curricular; (50)	Capaz de pensar crítica e autonomamente, criativo, com competência de trabalho colaborativo e com capacidade de comunicação; apto a continuar a aprendizagem ao longo da vida (0-50)	Relações Interpessoais; Atitudes; Comportamentos; Valores e Respeito pela Cidadania Plena e pelo Debate Democrático. (50)	Conhecimentos, Perfil e Aptidões Profissionais (Perfil do aluno século. XXI) (50)

Os Critérios utilizados são:

A

a) Resultado do número de aulas dadas/número de aulas assistidas, de acordo com a seguinte escala:

Assiduidade				
>10% faltas	10% das faltas	Entre 6 e 9%	Entre 1 e 5%	0
0 valores	10 valores	11-14 valores	19-15 valores	20 valores

b) Número de incidências disciplinares e registos de ocorrência;

c) Integrar o Quadro de Mérito e Valores e/ou Excelência.

B e C

a) De acordo com os critérios utilizados no preenchimento das Grelhas de avaliação:

B- Competências Transversais; C- Comportamentos|Atitudes|Valores

D

a) De acordo com os critérios que cada professor utilizou na avaliação do domínio cognitivo, evidenciado pelo aluno, ao longo do Curso, bem como das suas aptidões e competências profissionais na área.

ESCALAS DE AVALIAÇÃO

Os critérios são designações que se selecionam através da análise cuidada dos elementos curriculares indispensáveis (Aprendizagens Essenciais, Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória) e que, em conjunto com os respetivos descritores ou indicadores, nos ajudam a identificar o que se consideram ser as características ou os atributos que o desempenho dos alunos deve ter.

Assim, através dos critérios e dos respetivos níveis de consecução, indicadores ou descritores, ficamos a saber o que é desejável que todos os alunos aprendam e sejam capazes de fazer mas também a situação em que cada um se encontra relativamente a essa situação desejável.

ESCALA QUALITATIVA	ESCALA QUANTITATIVA (0 - 20 VALORES)	OPERACIONALIZAÇÃO
MUITO BOM	18 - 20	Atingiu plenamente os objetivos
BOM	14 - 17	Atingiu grande parte dos objetivos
SUFICIENTE	10 - 13	Atingiu uma parte dos objetivos
INSUFICIENTE	7- 8 - 9	Ainda não atingiu os objetivos
MUITO INSUFICIENTE	0 - 6	Não atingiu os objetivos

O objeto de avaliação em cada disciplina tem por referência o respetivo programa. A demonstração das competências envolve a mobilização dos conteúdos programáticos e do desenvolvimento de projetos/trabalhos na área de Cidadania e Desenvolvimento.

A avaliação da educação para a cidadania deve ser contemplada nos critérios específicos de cada disciplina, nomeadamente na avaliação do domínio das atitudes e valores.

A avaliação sumativa de cada módulo/UFCD deve operacionalizar-se de acordo com os domínios de aprendizagem e a respetiva ponderação, as orientações dos critérios gerais de avaliação definidos pela EPPJ (Quadro I) e, para cada disciplina/grupo disciplinar, os respetivos critérios específicos de avaliação.

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

Os descritores que se apresentam no Quadro I, foram estabelecidos de modo a tornar o processo de avaliação mais transparente, permitindo operacionalizar as evidências de aprendizagem por domínio, objeto de avaliação e níveis de desempenho.

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO			
DOMÍNIOS DE APRENDIZAGEM	OBJETO E OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM/COMPETÊNCIAS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	PONDERAÇÃO
COGNITIVOS E PROCEDIMENTAIS (Saber/Saber Fazer)	O objeto de avaliação de cada Módulo/UFCD ou disciplina tem por referência o programa. A demonstração das competências envolve a mobilização dos conteúdos programáticos e o desenvolvimento de projetos/trabalhos na área de Cidadania e Desenvolvimento, estipulando-se como: COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS - Aquisição de conhecimentos (compreensão de conceitos e procedimentos/aprendizagens teóricas necessárias às competências profissionais) - Aplicação de conhecimentos (de acordo com os objetivos específicos para cada disciplina) COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS* - Dominar capacidades nucleares de compreensão e de expressão nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal. - Saber pesquisar, recolher informação e organizá-la com vista à elaboração e à apresentação de um novo produto. - Apresentar ideia e projetos diante de audiências reais, diferentes públicos. - Gerir projetos e tomar decisões para resolver problemas. - Pensar de modo abrangente e em profundidade, de forma lógica. - Desenvolver ideias e projetos criativos, recorrendo imaginação, inventividade, desenvoltura e flexibilidade. - Trabalhar em equipa. - Dominar as TIC's. - Valorizar o papel das diferentes formas de expressão artística. * Desenvolver o sentido estético. - Compreender processos e fenómenos científicos e tecnológicos, adequando-o a contextos e situações novas. - Desenvolver o espírito crítico, a capacidade de análise e argumentação e a formação de opiniões.	Testes Trabalhos (de Grupo/Individuais) Trabalhos de Projeto Relatórios e textos Produzidos Fichas (de trabalho/atividades) Apresentações orais Questões de aula (escrita/oral) Portefólio e e-Portefólio Simulações Provas físicas (modalidades desportivas) Atividades laboratoriais Trabalhos práticos em oficina Debates Grelhas de avaliação formativa Projetos integradores	75% 15%

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

DOMÍNIOS DE APRENDIZAGEM	OBJETO E OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM/COMPETÊNCIAS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	PONDERAÇÃO
ATITUDES E VALORES	COMPETÊNCIAS INTRAPESSOAIS E INTERPESSOAIS - Assumir um comportamento correto (assiduidade, pontualidade, atitudes) - Ser Livre, autónomo, responsável, consciente de si próprio e do mundo que o rodeia. - Ter uma consciência de cidadania e participação. - Conhecedor e respeitador dos princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que ela assenta. - Valorizar o respeito pela dignidade humana, centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade e respeito mútuo. - Ser exigente e ambicionar a excelência - Estar apto a continuar a aprendizagem ao longo da vida: desenvolver a curiosidade e a reflexão - Manifestar consciência e responsabilidade ambiental e social com vista à construção de um futuro sustentável. - Adotar comportamentos que promovem a saúde e o bem-estar nos hábitos quotidianos.	Grelhas de observação e registo	10%

ANEXOS

DESCRITORES

Conhecimentos / Compreensão

Em que medida os trabalhos e a participação do aluno revelam a capacidade de pesquisa, o conhecimento e a compreensão dos conceitos e ideias (a interpretação e tratamento da informação) necessários à resolução prática das tarefas propostas.

Originalidade / Criatividade

Em que medida o trabalho / desempenho do aluno não se limita a reproduzir as referências consultadas, apresentado soluções que revelam a compreensão do problema e capacidade para propor de forma inovadora, expressiva e com sentido estético soluções adequadas à tarefa proposta.

Planeamento / Organização

Em que medida o aluno identifica o problema, organiza e planifica as atividades necessárias para cumprir a tarefa nos prazos propostos

Participação / Autonomia

Em que medida o aluno revela interesse, empenho, responsabilidade e capacidade na resolução das tarefas que lhe são propostas

Trabalho em equipa

Em que medida o aluno partilha conhecimentos, contribui ativamente para a resolução dos problemas, revelando abertura e espírito crítico na busca da soluções construídas de forma partilhada.

Conduta

Em que medida o aluno cumpre as regras de cidadania, cultivando relações de afabilidade e interajuda com colegas e professores.

Superação de dificuldades

Em que medida o aluno otimiza os recursos disponíveis, o feedback do professor, a auto e heteroavaliação para superar as dificuldades na realização da tarefa proposta

Capacidades / Competências

Em que medida ao longo do processo o aluno revela capacidade de interpretação dos dados do problema e reflete criticamente sobre as suas capacidades, usando o feedback do professor, a auto e heteroavaliação para superar dificuldades e melhorar o seu nível de desempenho.

Linguagem e Comunicação

Em que medida o aluno mobiliza conhecimentos, materiais, tecnologias e vocabulários específicos para comunicar com rigor e de forma expressiva e eficaz as suas propostas.

Técnica / Rigor

Em que medida o aluno apresenta soluções que revelam o domínio das técnicas e códigos específicos necessários à resolução de problemas e projetos específicos (e.g., no domínio de materiais, na representação gráfica, na concretização de artefactos e projetos, na manipulação dos instrumentos/ferramentas de trabalho, etc.)

Reconhecer a língua como sistema dinâmico, aberto e em elaboração contínua

Utilizar procedimentos para clarificar, registar, tratar e reter a informação, em função de necessidades de comunicação específicas. Utilizar procedimentos adequados à organização e tratamento da informação:

Identificar ideias-chave; tomar notas; utilizar grelhas de registo; solicitar informação complementar; esquematizar.

Interpretar discursos orais com diferentes graus de formalidade e complexidade:

Agir em conformidade com instruções e informações recebidas; identificar o assunto, tema ou tópicos, fazer inferências e deduções; formular, confrontar e verificar hipóteses acerca do conteúdo; distinguir o essencial do acessório; reconhecer qualidades estéticas da linguagem. distinguir visão objetiva de visão subjetiva.

Planificar o uso da palavra em função da análise da situação, das intenções de comunicação específicas e das características da audiência visada.

Organizar o discurso, assegurando a progressão de ideias e a sua hierarquização. Utilizar informação pertinente, mobilizando conhecimentos pessoais ou dados obtidos em diferentes fontes; fazer apreciações críticas; apresentar e defender ideias, comportamentos e valores; considerar pontos de vista contrários e reformular posições. argumentar/convencer os interlocutores.

Usar da palavra com fluência e correção, utilizando recursos verbais e não verbais com um grau de complexidade adequado às situações de comunicação.

Utilizar adequadamente ferramentas tecnológicas para assegurar uma maior eficácia na comunicação.

Utilizar com autonomia estratégias de preparação e de planificação de escrita de textos.

Redigir textos coerentes, selecionando registos e recursos verbais adequados:

Ordenar e hierarquizar a informação, tendo em vista a continuidade de sentido, a progressão temática e a coerência global do texto; diversificar o vocabulário e as estruturas utilizadas nos textos, com recurso ao português-padrão; Utilizar estratégias de revisão e de aperfeiçoamento de texto

Assegurar a legibilidade dos textos, em papel ou suporte digital.

Escrever por iniciativa e gosto pessoal, de forma autónoma e fluente.